

LEITURA, LITERATURA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA ANÁLISE DO EDITAL E DE OBRAS SELECIONADAS PARA O PNBE 2013

Danilo Fernandes Sampaio de Souza ¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar, no âmbito das políticas públicas para a leitura e formação do leitor, o Programa Nacional Biblioteca da Escola com foco na edição de 2013, cujo edital selecionou acervos para escolas de ensino fundamental II e médio de todo país. Assim, vislumbramos contribuir para o debate acerca de políticas efetivas que favoreçam uma educação emancipatória e combatam às desigualdades sociais. De modo geral, os resultados apontam para uma seleção de obras que ainda preconizam modelos tradicionais da sociedade e que não contemplam minorias historicamente excluídas. Verificamos ainda, que há a urgência de ultrapassar a distribuição dos livros para que a formação do leitor, efetivamente aconteça com sucesso.

Palavras-chave: Formação do leitor. Políticas públicas de leitura. Edital do PNBE 2013.

ABSTRACT

This article aims to analyze, within the scope of the public policies for the reading and reader training, the School National Library Program focusing on the 2013 edition, which selected the public bidding notice of collections for country primary and secondary schools. Thus, we glimpse at contributing to the debate about effective policies that favor emancipatory education and combat social inequalities. In general, the results point to a selection of works that still advocate traditional models of society which do not contemplate historically excluded minorities. We have also verified that there is an urgent need to overcome the distribution of books so the reader training happens successfully.

Keywords: Reader training. Public reading policies. Public bidding notice PNBE 2013.

É irrevogável que o ato de ler é uma atividade *sine qua non* no mundo pós-moderno, uma vez que a leitura se faz presente nas tarefas mais simples do cotidiano, como na compra e preparo de alimentos, montagem de um objeto, compra de remédios, locomoção ou até nas tarefas mais complexas: entrevista de emprego, tomada de decisões, interpretação de teorias, análise de discurso político, da igreja entre outros. Enfim, em praticamente tudo que produzimos, a leitura é necessária.

Além de ser indispensável nas tarefas diárias, a leitura ainda representa um mecanismo poderoso de transformação da sociedade na medida em que dá acesso a informações, proporciona diálogos, lapida a formulação de ideias e aguça a sensibilidade, além de tornar o sujeito mais crítico e reflexivo, capaz de compreender a si mesmo e o mundo que está ao seu redor.

¹ Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e Mestrando em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: daniolfssouza@hotmail.com

Ler é em última instância, não só uma ponte para a tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (SILVA, 2011, p.51)

Nesse sentido, a leitura vai além de ser mera atividade superficial ou mecânica, é uma atividade crítica, porquanto o leitor, diante do contato com o texto, vai atribuindo significados a sua leitura e acaba por modificar-se, ao discordar, ao concordar, ao colocar suas próprias experiências e impressões diante do texto lido, tornando, dessa forma, conhecedor do mundo e de sua realidade.

O ato de ler não é algo momentâneo e improdutivo, os significados atribuídos ao texto lido perpetuam-se por muito tempo e acabam por transformar a relação do indivíduo leitor com sua sociedade. Inconscientemente, o leitor vai armazenando conhecimentos, os quais o preparam para novas leituras e para as práticas sociais diversas.

A leitura não se esgota no momento em que se lê. Expande-se por todo o processo de compreensão que antecede ao texto, explora-lhe as possibilidades e prolonga-lhe o funcionamento além do contato com o texto propriamente dito, produzindo efeitos na vida e no convívio com outras pessoas. (GARCEZ, 2008, p. 68).

No que se refere ao universo da leitura literária, as múltiplas interpretações de um texto e a plurissignificação de uma palavra permitem ao leitor viajar em um universo infinito de possibilidades, sonhos e desejos, permitindo sua interação com épocas, sociedades e culturas diferentes.

A literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo (TODOROV, 2009, p.23).

A leitura, sobretudo a literária, nos permite ter contato com o mundo no qual estamos inseridos e possibilita interpretá-lo, nos tornando menos vulneráveis a discursos falaciosos. Para Michele Petit (2008, p. 19), “a leitura, em particular a leitura de livros, pode ajudar os jovens a serem mais autônomos e não apenas objetos de discursos repressivos ou paternalistas. Ela também pode representar uma espécie de atalho que leva de uma intimidade um tanto rebelde à cidadania”.

Daí a intrínseca relação que a leitura tem com a cidadania. No momento em que o indivíduo começa, através da leitura, transformar sua relação com as pessoas que o cercam, pratica o exercício da cidadania. Um cidadão-leitor é consciente de seu papel na sociedade, bem como seus direitos e deveres. De acordo com Jorge Werthein:

A cidadania decorre do processo de educação. O homem e a mulher alfabetizados conhecem seus direitos e deveres, vão transmiti-los aos filhos e descendentes. Vão ajudar a escolher melhor os governantes e a julgá-los nos momentos adequados (2008, p.47).

Apesar dos incontáveis benefícios advindos da prática da leitura, várias pesquisas realizadas no Brasil, nos últimos anos, alertam para a necessidade de políticas públicas eficientes e que de fato estejam preocupadas com o processo de formação do leitor brasileiro.

Dados do INAF 2015 (Indicador Nacional de Alfabetização Funcional) mostram que apenas 23% dos brasileiros dominam plenamente a leitura e a escrita e que apenas 8% compreendem plenamente aquilo que leem.

Ainda que receba inúmeras críticas, principalmente, no que se refere ao critério de avaliação do programa, nos dados do último PISA, o Brasil ocupou a posição 59º em um ranking de 70 países no quesito leitura. 50,99% dos estudantes brasileiros ficaram no nível 2 de proficiência (em uma escala de 1 a 6).

A 4ª edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, divulgada em 2016, corrobora com os dados expostos acima, ao mostrar que somente 56% da população brasileira é considerada leitora² e que a média de leitura entre os brasileiros é de 4, 64 livros lidos e que desses, apenas 1,91 são lidos integralmente.³

Apesar das críticas que podem ser feitas a essas avaliações e pesquisas, é inevitável não atentarmos para os baixíssimos índices de leitura que os estudantes brasileiros vêm apresentando nas diferentes amostras, dados que nos alertam para uma certa ineficiência das políticas públicas de leitura que não estão atingindo os objetivos esperados, comprometendo que milhões de sujeitos, principalmente aqueles oriundos das camadas mais pobres, participem do processo de uma *educação emancipatória*, tal como propõe Adorno (1995).

Nesse contexto, pretendemos analisar, no âmbito das políticas públicas de leitura, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997, cujo objetivo principal é a democratização do acesso a obras de literatura brasileiras e estrangeiras infantis e juvenis, além de fornecer materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras. O programa é executado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da educação. Tomaremos como *corpus* de análise, o edital 08/2011-*Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2013*.

Breve histórico das políticas públicas de leitura no Brasil

De acordo com Eliane Pszczol (2008) “não se pode falar em leitura, sem considerar o aspecto político que gira em torno dela.” (p. 13). Nesse sentido, a discussão em torno da dificuldade de acesso ao livro existente no Brasil, bem como de formar leitores, não pode ser limitada apenas ao ambiente acadêmico e educacional, pois “trata-se de uma questão política, e é politicamente que se deve discuti-la”. (p. 13). Dessa forma, esse

² A pesquisa considera leitor aquele que leu pelo menos 1 livro nos três últimos meses que antecederam a pesquisa

³ Mais dados podem ser consultados em <http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48>. Acesso em 25 de julho de 2017.

debate é de interesse da sociedade e do Estado, competindo ao Estado garantir políticas públicas eficientes de incentivo à leitura.

Ainda segundo Pszczol, uma política de leitura não pode ser configurada com campanhas realizadas eventualmente, ações limitadas ligadas a um período determinado de tempo não surtem efeito. Nem mesmo a distribuição de livros pode ser considerada uma política pública de leitura. Uma política é uma ação constante do estado mobilizadora de todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal) que tenham como foco a disponibilização de recursos e investimentos amplos nos programas e projetos, no intuito de multiplicar as ações, a fim de possibilitar os benefícios dessas ações a todos. (2008, p. 13).

Para Cavalcante (2016), na história da educação brasileira, a escola, desde os seus primórdios, esteve ligada aos interesses sociais e foi constantemente marcada pela dualidade, estando restrito a um grupo seletivo, acesso e qualidade de ensino. Ainda, segundo a pesquisadora:

Aqueles que possuem maior poder aquisitivo sempre foram privilegiados com as melhores condições de educação. Aos menos favorecidos, resta lutar para permanecer na escola em precárias condições de acesso a bens culturais como, por exemplo, o livro e a literatura.(CAVALCANTE, 2016, p. 56)

Todavia, com a expansão de governos progressistas na América Latina que não vislumbravam a igualdade entre as pessoas sem que as camadas menos favorecidas da pirâmide social tivessem acesso à leitura e à educação, é somente “por volta das décadas de 1960 e 1970 que a leitura entrou no radar dos pesquisadores, educadores e políticos ocidentais” (ROSING & ZILBERMAN, 2016, p. 7).

Apesar do MEC desenvolver ações de promoção de leitura desde 1930, é somente na década de 1980 que a leitura entrou de fato na pauta de políticas públicas. Algumas iniciativas tiveram grande importância e merecem ser citadas, como o Programa Nacional Sala de Leitura – PNSL (1984-1987) cujo objetivo principal foi equipar salas de leitura através de envios de acervo e recursos; o Proler – Programa Nacional de Incentivo à Leitura criado pela Biblioteca Nacional e instituído através de decreto presidencial em 13 de maio de 1992 que almejava a democratização e o acesso ao livro e à leitura a toda sociedade por meio da consolidação de práticas leitoras e incentivo ao hábito da leitura; O Pró-leitura na formação do professor (1992-1996), desenvolvido a partir de uma parceria entre o MEC e o governo francês e visava atuar na formação de docentes leitores para que eles pudessem estimular o hábito de leitura nos estudantes.

A quarta iniciativa de política pública voltada à formação de leitores foi o Programa Nacional Biblioteca da escola – PNBE, mote de estudo deste trabalho, instituído em 1997 pela portaria ministerial nº 584 de 28 de abril do referido ano. É executado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE em parceria com Secretaria de Educação Básica do MEC.

O programa destina-se à composição e distribuição de livros para diferentes níveis da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais),

Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os acervos são compostos por diversos gêneros: contos, crônicas, romances, histórias em quadrinhos, teatro, biografias, novelas, clássicos da literatura brasileira e universal, dentre outros.

De 1998 a 2000, o PNBE equipou bibliotecas escolares de todo país. Em 1998, foi distribuído um acervo composto por 215 títulos, além de globos terrestres, dicionários, atlas, dentre outros títulos, para escolas do ensino fundamental II. Em 1999, a distribuição contemplou com acervos da literatura infantil e juvenil, escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Já em 2000, o acervo foi direcionado aos professores, com a distribuição de textos elaborados pelo MEC ou sob sua orientação. Nos anos de 2001 a 2003 o acervo foi direcionado ao uso pessoal dos alunos com a criação das coleções *Literatura em Minha Casa*. Em 2004, o Programa suspende seus trabalhos para uma reavaliação e retorna em 2005 distribuindo acervos apenas para as bibliotecas e não mais para usos individuais. Desde então, a distribuição de obras do PNBE passou a ser alternadas entre as escolas do ensino fundamental I e ensino fundamental II e paulatinamente, atendendo outras etapas educacionais, como a educação infantil no PNBE/2008, ensino médio no PNBE/2009 e educação de jovens e adultos no PNBE/2010. (BRASIL, 2017; COSSON & PAIVA, 2014)

Outro ponto que merece destaque refere-se aos valores vultosos envolvidos na compra de acervos do PNBE. A cada aquisição, são investidos milhões de reais. No PNBE 2013, por exemplo, foram gastos mais de 86 milhões de reais na distribuição de mais de 7 milhões de livros literários para escolas de ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de todo Brasil.

Diante da complexidade e importância do programa nas políticas públicas que visam à formação de leitores, analisaremos o edital de seleção 08/2011-*Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2013*, trazendo à tona minúcias que merecem um apontamento crítico e posteriormente, apresentaremos pesquisas que analisam as obras adquiridas pelo edital. Não objetivamos desmerecer o Programa, mas contribuir para o debate crítico de efetivas políticas públicas para a leitura e a literatura em contexto escolar que contribuem para a superação das diferenças e desigualdades sociais.

As etapas no processo de operacionalização do PNBE

Por ser um processo complexo e que demanda um tempo considerável, o edital de seleção das obras foi divulgado no final de 2011. O processo de seleção e compra das obras ocorreu em 2012 para a chegada dos acervos às escolas em 2013.

Fica nitida, a partir da leitura do edital, as três etapas de seleção: a triagem, a avaliação pedagógica das obras e a compra. É interessante ressaltar que a divulgação do edital e a negociação da compra das obras ficam a cargo do MEC e a avaliação pedagógica é de responsabilidade de uma universidade pública. Desde 2006, é o CEALE- Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais que é a responsável pela avaliação das obras.

Nas disposições iniciais do edital, é evidenciado que cabe às próprias editoras selecionar os títulos que concorrerão à composição do acervo do ensino fundamental e os destinados ao ensino médio, todavia, se o MEC julgar pertinente, poderá deslocar obras de literatura de uma etapa para outra.

Na triagem, primeira etapa do processo, é realizada uma sondagem das obras para saber se atendem a aspectos físicos e requisitos legais que constam no edital. Esta etapa não deveria ser muito relevante, contudo, percebe-se que se trata de uma etapa importante no processo final de avaliação, pois, como apontam Cosson & Paiva (2014), das 2111 obras inscritas no PNBE 2013, 468 foram retiradas do processo de avaliação.

Outro aspecto que merece destaque nessa primeira etapa, diz respeito à proibição de aquisição de obras escritas em língua portuguesa que estejam em domínio público, todavia, a mesma proibição não é feita quando se trata de obras estrangeiras. Para esse aspecto, Cosson & Paiva, alertam:

[...] a seleção passa a contemplar boa parte do cânone de outras literaturas enquanto ignora o seu próprio cânone. Mais que isso, como essas obras canônicas de outras literaturas já chegam sancionadas em termos de qualidade literária, as chances de serem aprovadas são maiores do que autores contemporâneos que ainda não conseguiram reconhecimento ou são estreantes, quer nacionais ou de outros países. (2014, p. 8)

Os autores ainda mostram que, das 180 obras selecionadas para o ensino fundamental, 37% são estrangeiras e dessas, 49% já estão em domínio público. A partir desses dados, é possível observar que há uma valorização maior da literatura produzida fora do Brasil do que dentro do país, fato que, nitidamente, dificulta a inserção de uma maior pluralidade de contextos brasileiros e regionais abordados nas obras selecionadas.

A segunda etapa do processo, considerada a mais importante, é a avaliação pedagógica das obras inscritas. De acordo com Paiva (2012, p. 24) “o Ceale conta com a colaboração de pareceristas (vinculados a instituições públicas de ensino superior e da escola básica) provenientes de 16 estados brasileiros.” Sobre esse aspecto, pesquisas como a de Fernandes (2003) e a de Fernandes e Cordeiro (2012) sinalizam para uma obscuridade no processo de seleção dos pareceristas ao longo da história do PNBE e que desde sua implantação, houve um apagamento das regiões Norte e Nordeste.

Concordamos com Fernandes e Cordeiro e acreditamos que a não representação de pareceristas de todos os estados brasileiros prejudica a aquisição de obras que atendam satisfatoriamente para uma pluralidade cultural. Como um grupo seletivo de pareceristas de 16 estados conseguirá atender, minimamente, a diversidade cultural existente em nosso país?

No que tange aos critérios fundamentais para avaliar a qualidade das obras, o edital do PNBE 2013 dispõe de três critérios essenciais: a qualidade do texto, aspectos relacionados a questões estéticas e literárias, adequação da linguagem ao público leitor e a não apresentação de personagens estereotipadas e clichês; adequação temática, refere-se à inserção de temas variados e de diferentes contextos históricos, sociais e culturais,

todavia, veremos mais adiante em pesquisas selecionadas, que este critério, apesar de explícito no edital, na prática não se faz presente como deveria, visto que, grande parte das personagens representadas nas obras aprovadas possuem gênero, cor e classe social (ZAPPONE, 2015). O último critério, projeto gráfico, objetiva a adequação dos recursos gráficos aos leitores em potencial, ressaltando aspectos atrativos do projeto gráfico aos olhos do leitor.

A última etapa do processo de aquisição de livros para comporem o acervo escolar, a compra, assim como a triagem, é de responsabilidade do MEC. Após a seleção das obras, de acordo com Cosson & Paiva:

[...] a lógica da compra das obras segue naturalmente o que está disposto em Lei para as compras governamentais, isto é, as compras devem ser orientadas pelos princípios da economicidade, isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e legitimidade, todos eles harmonizados no sentido de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. No caso do PNBE, tais princípios são naturalmente obedecidos, mas não sem consequências. (2014, p. 12)

Segundo os autores, uma das consequências dos critérios estabelecidos para a compra é de que as editoras tendem a inscrever obras que atendam aos critérios econômicos, visto que o MEC geralmente compra a obra por um valor cinco vezes menor do que é vendido em livrarias⁴. Outra consequência está na exclusão de bibliotecários e professores durante o processo de escolha. Esses indivíduos, figuras centrais na mediação da formação do leitor, não possuem voz nem vez nas escolhas realizadas pelo MEC.

Após uma pequena descrição das etapas de inscrição, seleção e compras das obras, apresentaremos, na última etapa deste trabalho, dois estudos críticos das obras enviadas às escolas via PNBE.

Representação social e diversidade nas obras literárias adquiridas pelo PNBE: dois estudos

Ao considerar a linguagem em seu caráter social, não sendo possível um discurso neutro, o filósofo russo Mikhail Bakhtin, afirma que há, em todo discurso, um posicionamento ideológico (BAKHTIN, 2006). Quando pensamos no texto, e consequentemente na leitura, sob um viés discursivo e dialógico, entendemos que há em toda manifestação literária um jogo de interesses e ideologias que estão subjacentes à palavra e que, portanto, não há discurso neutro e ingênuo.

Em artigo intitulado *Narrativa juvenil brasileira no acervo PNBE 2013: faces urbanas da representação social*, publicado em 2015 na Revista Teias, a pesquisadora e professora Mirian Zappone analisa, dentre as 180 obras do acervo destinado ao ensino

⁴ A exemplo, tem-se o livro *10 galinhas*, da Editora de Cultura, vendido na livraria por R\$ 25,00, mas comprado pelo MEC por R\$ 4,14. (COSSON & PAIVA, 2014, p. 12)

fundamental II, um *corpus* de 56 textos a fim de verificar como são representadas as personagens em tais obras.

A autora observou que, das 56 narrativas estudadas, 57,2% possuem autoria masculina e 42,8% feminina, o que revelou uma representatividade da literatura produzida por mulheres, todavia, ao analisar o gênero das 235 personagens estudadas, constatou-se que 197 são do sexo masculino e apenas 92, do sexo feminino. A pesquisadora ainda acrescenta:

Muito embora se tenha observado no corpus um aumento na autoria feminina, a questão dos gêneros ainda aponta para desigualdades: mulheres carecem, ainda, de uma representação mais significativa, já que a presença de homens é mais do que 50% superior ao de mulheres. Quando observados os papéis desempenhados na trama, o protagonismo masculino aparece em 60% dos casos dentre as 75 personagens que desempenharam papéis preponderantes, ao passo que o feminino abarca apenas 38%. (ZAPPONE, 2014, p. 15)

Em relação ao espaço geográfico do *corpus* analisado, a pesquisadora percebeu que 31 narrativas tinham como cenário a Região Sudeste e Sul do Brasil, o Nordeste possuía 6 representações, o Centro-Oeste 2 e nenhuma história foi situada no Norte do Brasil. Ao situar as histórias preferencialmente no Sul e Sudeste, sendo as outras regiões do país escamoteadas até mesmo pelo cenário estrangeiro (foco de 14 narrativas), a seleção das obras, peca em um critério muito importante constante no edital: a pluralidade cultural. De acordo com o edital “serão selecionadas obras com temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos.” (BRASIL, 2011, p.22). Em relação a esse aspecto, Zappone acrescenta:

Sendo uma questão sintomática, esta representação do espaço geográfico aponta para uma homogeneidade nada desejável na caracterização do espaço na literatura juvenil, sobretudo no Brasil, onde as distinções culturais, linguísticas, sociais e geográficas são ricas e plurais (2015, p. 10-11).

Trazendo à tona mais uma vez as questões de gênero, no que se refere à orientação sexual das personagens, a pesquisa realizada pela professora Mírian Zappone, destacou ainda, uma orientação baseada na heteronormatividade, aparecendo apenas um caso de personagem homossexual secundário. A autora conclui que

[...] mesmo em tempos de emergência de minorias, a literatura juvenil brasileira ainda vê os temas ligados à sexualidade como não apropriados aos leitores mirins, além de se alinhar a uma perspectiva ainda convencional e pouco problematizadora da questão, o que também se comprova pelo fato de práticas sexuais não serem mencionadas ou serem inexistentes na vida das personagens de todas as faixas etárias estudadas. (ZAPPONE, 2015, P. 15)

Além da preponderância da paisagem do Sudeste e Sul, do universo masculino e heterossexual, o estudo revelou ainda a cor das personagens nas narrativas:

80% das personagens são brancas (188 ocorrências), 22% são pardos e amarelos (5), e apenas 7,2% são negras (17 ocorrências), índios são absolutamente ausentes, embora tenham sido os autóctones brasileiros, evidenciando uma grande lacuna racial. As personagens para as quais não se puderam inferir dados sobre a cor totalizam 9,8%. (ZAPPONE, 2015, p. 16)

Ainda sobre a questão racial no acervo do PNBE, outro estudo relevante, é a dissertação de mestrado de Naiane Rufino Lopes, *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010: personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial*. No texto, que objetivou mapear a presença de personagens negras nos livros de literatura infantil adquiridos pelo PNBE 2010 destinado ao Ensino Fundamental I, a autora conclui que o personagem negro protagonista não aparece nos livros infantis:

A criança negra encontra o livro de literatura infantil como um mediador que mostra apenas as crianças brancas desempenhando todos os papéis sociais, pele clara e cabelos lisos tomam conta das ilustrações. (LOPES, 2012, p. 144.)

E mais, além da ausência de personagens negras protagonistas, “Alguns livros ainda trazem a associação do negro com a dor e a pobreza e distanciam mais as crianças negras do gênero e de sua identidade.” (LOPES, 2012, p. 148).

Diante do que foi exposto, tentou-se evidenciar a importância que políticas públicas para a leitura exercem não só na formação dos sujeitos como leitores, mas principalmente, como cidadãos dispostos a lutarem por uma sociedade mais justa e menos desigual.

Em uma análise mais apurada do edital do PNBE 2013, visualizamos que, apesar da tentativa de selecionar obras que de fato, abrangem o maior número de leitores, cada um com suas idiossincrasias e especificidades e de contextos diversificados, vários pontos do edital se mostram problemáticos e que necessitam de reformulações e esclarecimentos para que cumpram os propósitos pretendidos. Faz-se necessário também que, no processo de seleção das obras, sejam dadas voz e vez às minorias invisibilizadas e marginalizadas ao longo dos séculos na sociedade e em consequência, na literatura, pois, como apontaram os estudos expostos, muitas narrativas só reforçam estereótipos, desigualdades e hegemonias.

Para que haja uma sociedade democrática, cujos sujeitos emancipados se apresentem de forma reflexiva e crítica, tal qual como propõe Adorno em *Educação e Emancipação*, é vital que políticas públicas para a educação, a exemplo do PNBE (que se encontra suspenso desde 2015), se afirmem de fato como política de Estado, e não sofram discontinuidades como as percebidas na atual conjectura do país, alicerçada no desmantelamento da educação pública, mas ultrapassem barreiras da mera distribuição de obras e atinjam patamares mais elevados e eficazes, pois só distribuir não basta para que a leitura atinja todo o seu potencial emancipatório.

Acreditamos que, só através de educação calcada na contestação e na resistência (ADORNO, 1995), e para isso, políticas públicas para a leitura e a formação do leitor

são essenciais, encontraremos caminhos para que se desenvolva a formação humana, se afirme as diferenças sem preconceitos e minimize a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, Débora Cristina de. **Literatura infanto-juvenil e política educacional: estratégias de racialização no Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2015.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12^a ed. Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL (2011). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de literatura para o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE 2013**. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9665-pnbe-2013-edital&Itemid=30192 . Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL, **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: file:/Downloads/pnbe_2013_valores_aquisicao.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Biblioteca da Escola**. Disponível em: . Acesso em: 11 julho de 2017.

CAVALCANTE, Lucenilda Sueli Mendes. **O programa nacional Biblioteca da Escola (PNBE): análise sobre as Práticas de Leitura Literária em escolas da Rede Municipal de Santa Inês–MA**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

COSSON, Rildo; PAIVA, Aparecida. **O PNBE, a literatura e o endereçamento escolar**. Remate de males. Campinas, SP. 2014.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. **O programa Nacional Biblioteca da Escola: dados estatísticos e critérios. 2003**. Disponível em: alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Cohilile/H016.doc. Acesso em 20 de julho de 2017.

FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Máisa Barbosa da Silva. **Críticos de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico**. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/faced/article/view/11749>. Acesso em 20 de julho de 2017.

GARCEZ, Lucília Helena do C. Esse Brasil que não lê. In: AMORIM, Galetto (org). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

LOPES, Naiane Rufino (2012). **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010: personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

PAIVA, Aparecida (org). Literatura fora da caixa: **O PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura**. São Paulo, Unesp , 2012.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo. Ed. 34, 2008.

PSZCZOL, Eliane. O poder do Proler em uma Política Nacional de Leitura. in: SILVA, Ezequiel Theodoro da. (org). **Leitura na escola**. São Paulo/ Campinas: Global/ALB, 2008.

ROSING, Tania; ZILBERMAN, Regina. Fazendo a leitura acontecer. In: ROSING, Tania; ZILBERMAN, Regina (orgs). **Leitura: história e ensino**. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2016.

SILVA, Ezequiel T. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova Pedagogia da leitura**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

WERTHEIN, Jorge. Leitura e cidadania. In: AMORIM, Galetto (org). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

ZAPPONE, Mirian. **Narrativa juvenil brasileira no acervo PNBE 2013: faces urbanas da representação social**. Revista Teias. 2015.